



CLIPPING



03 e 04 de
SETEMBRO
2022

CASAMENTO COMUNITÁRIO

União de 24 casais LGBTQIA+ é celebrada

EVENTO - Primeiro Casamento Comunitário Homoafetivo foi promovido pelo poder judiciário

FOTOS: IVAN DUARTE/O LIBERAL



Aline Malato e Ediane Mendes oficializaram união



João Silva e Magno Cabral comemoraram nova etapa

FABYO CRUZ
DA REDAÇÃO

A emoção ficou evidente nos rostos dos 24 casais que participaram do primeiro Casamento Comunitário Homoafetivo, promovido pelo judiciário paraense, na manhã de ontem, no auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes, no Fórum Cível de Belém, na Cidade Velha. A oficialização das uniões foi celebrada pelos juízes Acrísio Tajira Figueiredo e Argenor Cássio Nascimento Correia de Andrade.

O casamento comunitário é uma conquista importante para a vida dos participantes e da comunidade LGBTQIA+, afirmou Aline Malato. Abraçada a sua esposa

Ediane Mendes, ela diz que o dia foi como um grito de liberdade.

“Este dia foi um marco. Hoje nós pudemos expressar o que a gente sente, também é uma forma de pedirmos respeito e de mostrar para a sociedade que nós também estamos aqui, e que nós merecemos todo respeito e amor do mundo”, disse Aline Malato.

Para o casal Magno Cabral e João Silva, a celebração simbolizou uma nova etapa em suas vidas.

“No começo, nós estávamos muito nervosos, mas agora a gente está muito feliz, porque foi mais um marco na história também dos casais LGBT”, comentou Magno Cabral.

O juiz Argenor de Andrade afirmou que a primeira celebra-

ção do Casamento Comunitário Homoafetivo nada mais é do que o reconhecimento da diversidade das famílias dentro do poder judiciário.

“É o poder judiciário passando a mensagem que todas as famílias são bem-vindas e merecem ser constituídas legalizadas perante a lei”, declarou.

VEJA MAIS

Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA

Raul Luiz Ferraz Filho



MINUTA

- Aniversariou no dia 1º de setembro o Desembargador Mairton Marques Carneiro, ouvidor agrário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Os funcionários do gabinete do desembargador e da ouvidoria, junto a autoridades do executivo, legislativo e judiciário, comemoraram o natalício em um singelo evento na sede da Ouvidoria Agrária, com direito a bolo, parabéns e muita alegria.
- Está aberto o formulário para cadastramento de dados de mulheres juristas com expertise nas diferentes áreas do Direito. O objetivo é incentivar propósitos da Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário do Pará. O formulário serve de base para a composição do Repositório de Mulheres Juristas no Poder Judiciário do Pará, que está disponível no site da Biblioteca Digital do Tribunal de Justiça do Pará e pode ser consultado publicamente como um banco de dados.
- O Tribunal de Justiça de Pará, representado por sua presidente, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, esteve presente à assinatura do decreto expropriatório, pelo governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, de dois imóveis localizados na Rua Tomazia Perdigão destinados a abrigar as ampliações dos Fóruns Cível e Criminal de Belém.
- Em alusão ao “Agosto Lilás”, a Coordenadoria de Saúde e da Divisão de Saúde e Qualidade de Vida, do TJPA lançou a cartilha de combate à violência contra a mulher e os cuidados em saúde. A publicação digital apresenta as formas de violência contra a mulher, as consequências da violência para a saúde mental da mulher, o papel da enfermagem na identificação da violência e os locais para solicitar ajuda.
- O Judiciário paraense realizou, na última sexta, 2, o primeiro Casamento Comunitário Homoafetivo. No total, 24 casais trocaram alianças em cerimônia que ocorreu no auditório Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes, localizado no Fórum Cível de Belém. O evento é uma iniciativa do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), Ministério Público do Estado do Pará e Cartório de 2º Ofício de Registro Civil Guedes de Oliveira. A cerimônia foi celebrada pelos juízes Agenor Cássio Nascimento Corrêa de Andrade e Acrísio Tajra de Figueiredo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Casamento reúne 24 casais homoafetivos

JUDICIÁRIO

As cores do arco-íris cobriram de diversidade o prédio do Fórum Cível de Belém, na Cidade Velha, que viveu ontem uma manhã histórica com o I Casamento Comunitário Homoafetivo celebrado no Pará, durante o qual 24 casais formalizaram suas relações familiares e agora gozam de todos os direitos assegurados às famílias brasileiras.

A cerimônia foi realizada no auditório Desembargador Agnano Monteiro Lopes, oficiada pelos juízes Agenor Cássio Nascimento Corrêa de Andrade e Acrísio Tajra de Figueiredo.

Durante a abertura, a coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), desembargadora Dahil Parense, disse que “o Poder Judiciário do Estado do Pará preside este casamento, confiante em que os casais que agora se recebem em matrimônio, construirão os percursos dessa nova família, descortinando os horizontes de uma vida em comum, repleto de boas realizações pessoais, conjugais e coletivas, visto que o amor compartilhado pode ultrapassar o relacionamento a dois e afetar positivamente toda a coletividade”, afirmou.



A cerimônia de casamento marcou um dia histórico na sede do Fórum Cível de Belém

FOTO: ÉRIKA MIRANDA-TJPA

O juiz Agenor Cássio Nascimento Correa de Andrade, um dos oficiantes da cerimônia, explicou que o reconhecimento do casamento confere um novo status, um novo estado civil à pessoa, com maior segurança jurídica para, numa eventual enfermidade, numa eventual fatalidade, o companheiro, a companheira, o cônjuge, a cônjuge não ficar desassistido(a) por eventuais relações de direito. Há 11 anos, o STF reconheceu o direito de casais homoafetivos formalizarem suas relações perante a lei.

Renato Modesto e Rafael Arias se conheceram há seis anos e aguardavam pacientemente pela hora da cerimônia. “É uma grande ale-

gria porque é um direito”, diz Renato, ao afirmar que o casamento reafirma perante a lei a união dos dois. “É uma grande alegria a gente tá formalizando isso, de forma legal”, diz ele.

Beatriz e Letícia são uma família há sete anos e manifiestaram sua gratidão pela oportunidade de realizar um sonho longamente acalentado. “A gente tá muito agradecida por essa oportunidade que o Tribunal deu pra esses casais homoafetivos, porque é a realização de um sonho, a gente queria já há bastante tempo, enfrentamos muitas coisas, mas graças a Deus superamos todas elas e hoje estamos aqui pra dizer esse sim com a pre-

sença de todos e estamos muito felizes e agradecidas pela oportunidade”, disse Beatriz. “A gente tá muito grata e comemorando com as pessoas importantes pra gente”, afirmou Letícia.

ORGANIZAÇÃO

O evento foi uma iniciativa do Nupemec do TJPA, em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e com a Coordenadoria de Diversidade Sexual da Prefeitura de Belém, que ficaram responsáveis por inscrever os casais ligados à comunidade LGBTQIAP+, além do Cartório de 2º Ofício de Registro Civil Guedes de Oliveira.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

UMA TONELADA APREENSÃO DE CARNE NO MARAJÓ

Edilson Rodrigues Brito e Odielson Brito Vaz foram presos por uma guarnição da PM que atua em Soure, no Arquipélago

ABIGEATO

JR Avelar

A Polícia Militar do 8º Batalhão, com atuação no Arquipélago do Marajó não teve dúvidas depois que prendeu dois homens na posse de uma tonelada de carne bovina e verificou que eles não eram criadores de gado, marchantes e nem estavam autorizados a realizar operações de venda do produto.

Os militares estavam, na verdade, diante de um crime de abigeato, que é o produto do roubo de gado bovino e bubalino na região do Marajó Oriental, ação que tem sido combatida com mão de ferro pelo coronel Josimar Leão e tenente-coronel Vicente Neto, que comandam o CPR XI na região.

Segundo as informações apuradas, a guarnição do tenente Muniz e sargentos Martins e James, na viatura 0800, e os sargentos Alcântara e Elias e cabo J. Te-

les, na viatura 0801, recebeu denúncias de que na segunda rua do bairro Novo, em Soure, dois homens teriam recebido carne bovina supostamente roubada.

De imediato, a guarnição se deslocou até o local e constatou o fato. Edilson Rodrigues Brito e Odielson Brito Vaz foram flagrados no momento em que cortavam dois bubalinos para venda. Durante a ação foi apreendida aproximadamente uma tonelada de carne.

HISTÓRICO

Ao verificar os antecedentes dos dois presos, a PM de Soure informou que ambos são contumazes na prática do crime de abigeato, inclusive Odielson Brito Vaz se encontra na condição de condenado pelo crime de tráfico de drogas e cumpria prisão domiciliar.

Com a nova bronca, ele acaba quebrando as medidas impostas pela Justiça. Diante dos fatos, os dois acusados e a carne apreendida foram apresen-



Os dois criminosos foram capturados no momento em que cortavam o produto, que posteriormente seria vendido
FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PRISÕES OPERAÇÃO CUMPRÉ MANDADOS EM BREVES

Mandados foram cumpridos na cidade do Marajó a partir da prisão de um traficante conhecido no município

POLÍCIA NAS RUAS

JR Avelar

Por determinação do delegado Paulo Junqueira, titular da Superintendência Regional do Marajó Ocidental, policiais civis lotados nesta regional deflagraram a "Operação Severance" com o objetivo de cumprir uma série de mandados de buscas no município de Breves, na ilha do Marajó.

A operação é fruto de uma investigação que vinha ocorrendo há alguns meses contra uma associação criminosa que tinha uma atuação de grande relevância no mundo do crime nesta cidade do Marajó, importante elo entre outras cidades do arquipélago.

A investigação se iniciou a partir de um auto de prisão em flagrante delito de um traficante bem conhecido do município de Breves que, durante o interrogatório, identificou diversos coautores e partícipes do respectivo autuado no mundo do crime.

Com as informações em mãos e após um árduo trabalho de campo, o delegado Paulo Junqueira representou na justiça local por pedidos de buscas e apreensões nas residências de oito investigados.

Os mandados deferidos pela justiça foram cumpridos nesta quinta-feira (01). As equipes de policiais civis, ainda na madrugada, organizaram a operação com roteiros e um esquema evitando que a notícia se espalhasse e algum dos alvos conseguisse destruir ou esconder provas.



Os policiais cumpriram mandados de busca e apreensão na cidade. FOTO: DIVULGAÇÃO

Após as diligências realizadas no decorrer do dia, foram apreendidos vários materiais que serão periciados

posteriormente, dentre eles, aparelhos celulares, notebooks, CPU, pen drives, dvrs e inclusive um veículo, marca

S10, que se encontrava na residência de um dos alvos, com possíveis sinais identificados adulterados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**SÁBADO**
**MISTÉRIO RONDA MORTE TE
MOTOTAXISTA EM MARABÁ**
PÁGINA 3

Diário do Pará

POLÍCIA**EM CASTANHAL**

FORAGIDO DA JUSTIÇA É RECAPTURADO

DURANTE RONDAS**Tiago Silva**

Um foragido da justiça foi recapturado pela Polícia Militar na cidade de Castanhal, região do nordeste paraense. A recaptura ocorreu na noite de quarta-feira (31), por volta das 20h, no bairro São José.

Policiais militares do grupamento Rondas Ostensivas Com Apoio de Motocicletas (Rocam) estavam participando da operação "Castanhal Segura" quando, em patrulhamento pela invasão da Propira, avistaram um suspeito na rua Projetada 11.

O suspeito foi abordado e revistado, mas nada de ilícito foi encontrado, porém foi descoberto que se tratava de um foragido do Sistema Penitenciário do Pará. Os policiais militares descobriram ainda que contra o ho-

mem existia em aberto um mandado de prisão preventiva expedido pelo Poder Judiciário.

Gerson Alfaia Reis, de 43 anos, foi apresentado na Delegacia de Polícia Civil do Centro de Castanhal e, após ser ouvido pelo delegado de plantão, foi recambiado para o presídio, onde permanecerá custodiado em regime fechado até outra decisão da Justiça.



Suspeito que estava foragido
tinha um mandado de prisão
preventiva em aberto
FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS
LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lflmcosta@gmail.com



Jurista paraense tem trabalho aprovado em Congresso Internacional

O trabalho "Violação de direitos fundamentais: proteção de dados e liberdades individuais", do jurista Ricardo Moura, vai ao encontro das atuais discussões sobre inteligência artificial e anteprojeto de Lei de Proteção de Dados para a segurança pública e investigação criminal - LGPD Penal. O XIII Congresso Internacional de Ciências Criminais - Inteligência Artificial e Ciências Criminais é promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais (PPGCCRIM) da PUC do Rio Grande do Sul, voltado ao diálogo entre legislação penal e os desafios sobre inteligência artificial nas ciências criminais. O evento ocorrerá nos dias 13 a 15 de setembro em Porto Alegre.

DESEMBARGADOR DO TRT8 PARTICIPA DA ASSINATURA DE CÓDIGO-FONTE E LACRAÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS

Na condição de entidade observadora das eleições, a Associação Juizes para a Democracia (AJD) participou na última sexta-feira da conferência e assinatura das mídias de código-fonte e verificação da lacração de urnas eletrônicas em cofre, tornando impossível a mudança do software eleitoral. A entidade foi representada pelo conselheiro Gabriel Velloso (na foto de gravata bege) e presidida pelo Ministro Presidente do TSE, Alexandre de Moraes. Velloso, que também é desembargador do TRT8, debateu ainda os planos de contingência e de segurança para garantir a redundância na transmissão de dados e fornecimento de energia.



Nível Superior: EIPA é reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação

A Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará (EIPA), dirigida pelo desembargador Leonardo de Noronha Tavares, recebeu do Conselho Estadual de Educação do Pará o reconhecimento como Instituição de Ensino Superior apto a ofertar cursos de Pós-Graduação lato sensu, ou seja, de especialização. Dois cursos já foram ofertados e outro destinado a Oficiais de Justiça está em elaboração.



A Comissão de Avaliação do conselho que visitou a EIPA em junho de 2022, reconheceu

a excelência da Instituição e concedeu a nota máxima em todos os quesitos.

Escritório celebra 62 anos de história e inaugura novo espaço

O escritório de advocacia Paula Frassinetti Advogadas vai celebrar seus 62 anos de história com a inauguração do novo espaço. Tudo começou com o advogado Itair Silva, em 1960, que inovou criando a figura do especialista em Direito do Trabalho.

Atualmente, Paula Frassinetti e Paulo André Nassar ampliaram a expertise de atendimento para as questões referentes ao direito do consumidor e previdenciário. A comemoração será dia 15 de setembro para familiares, amigos e clientes.



ESA homenageia professores com prêmio Zeno Veloso

Durante o encerramento do Mês da Advocacia, realizado dia 30/08, no auditório da OAB-PA, a Escola Superior de Advocacia (ESA) entregou o Prêmio Professor Zeno Veloso aos professores Antônio Gomes Maués, Geisele Góes, Maria Marlene Furtado e Ubirajara Bentes Filho (In Memoriam), e para o coletivo de professores da UNIFESSPA: Edileter Ceconello, Gabriel de Outeiro, Heraldo Elias Montarroyos, Jorge Luís dos Santos, Leandro Ferreira, Marco Alexandre Rosário, Olinda Pinheiro, Raimunda Regina Barros, Rejane Pessoa de Lima, Roberto Leonardo Ramos, Sara Brígida Ferreira e Sílvia Gabriele Tavares.



Economista-chefe do banco Santander no Brasil palestra em Belém

Ana Paula Vescovi, economista-chefe e diretora de Macroeconomia do Banco Santander no Brasil, estará no próximo dia 27 em Belém a convite do escritório Pinheiro & Mendes Advocacia (PMA)

para tratar sobre macroeconomia e novo cenário econômico nacional e mundial. Será um evento exclusivo para mulheres empresárias ligadas à indústria e comércio. Ana Paula é ex-

secretária do Tesouro Nacional e ex-secretária-executiva do Ministério da Fazenda do governo Michel Temer e também integra o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrapar.

**MAURO BONNA**Baixe gratuitamente,
o aplicativo do Mauro Bonna

@maurobonna /programaargumento negocios@maurobonna.com.br • PODCAST: "O resumo semanal com Mauro Bonna" Disponível na Apple e Spotify

Sucessão na Justiça do Pará

Batido o martelo. Por aclamação, a desembargadora Nazaré Gouveia será eleita a próxima presidente do

Tribunal de Justiça do Pará, para o biênio que começa em 2023. A vice está sendo disputada pelos desembargadores

Roberto Moura e Luiz Neto. Para a corregedoria, será eleito o desembargador José Roberto Maia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+

**DOMINGO**

**POLÍCIA PRENDE ACUSADO
DE MATAR O PRÓPRIO IRMÃO**
PÁGINA 3

Diário do Pará

POLÍCIA**DROGAS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA****POLÍCIA MANDA 2 PARA A CADEIA EM MOSQUEIRO****APÓS RONDAS**

JR Avelar

Policiais militares da viatura 2505 com os sargentos Junior e Delano que integram o efetivo do 25º Batalhão na ilha do Mosqueiro em rondas pela rua Elza Trindade no bairro Jardim Rosário avistaram um homem suspeito em via pública e resolveram abordá-lo.

O suspeito, ao perceber a presença da viatura, empreendeu fuga abandonando no chão um recipiente com dezesseis pequenas pedacinhos de substância semelhante ao óxi. Foram ainda feitas incursões na tentativa de localizar o infrator, porém sem sucesso. A droga apreendida foi apresentada na Seccional Urbana do Mosqueiro para os procedimentos.

Segundo o comandante do 25º Batalhão, tenente-coronel Francisco, o combate ao tráfico no varejo vem sendo combatido com o objetivo de evi-

tar outros crimes que têm correlação com as drogas, como o furto, roubo e homicídio na ilha do Mosqueiro.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Lucas dos Santos Mota foi preso após ser denunciado pelo próprio pai que percebeu agressões gratuitas contra a própria companheira do filho inclusive a deixando bastante lesionada.

A Polícia Militar recebeu o pedido desesperado do pai do agressor informando que seu filho Lucas dos Santos Mota estava ameaçando a esposa Katrine Maria Santana Oliveira na residência do casal localizada na rua 11 de outubro no bairro do Caranduba em Mosqueiro.

Para o local foi enviada a viatura 2506 que viu a vítima gravemente ferida sendo que de imediato feita a detenção do agressor. Após atendimento médico, a mulher foi até a Seccional do Mosqueiro para registrar ocorrência contra o agressor, que deverá responder pelo crime de violência doméstica.



A polícia efetuou prisões por tráfico de drogas e violência doméstica em Mosqueiro
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Santarém: promotoria expede Recomendação sobre destinação de bens apreendidos pelas autoridades policiais

As recomendações são referentes à destinação, restituição, doação, guarda e manutenção de bens apreendidos

Da Redação

03.09.22 19h05



16ª Seccional Urbana de Polícia Civil de Santarém (Andria Almeida)

A 3ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas de **Santarém** expediu [Recomendação](#) no último dia 3 de agosto, destinada à

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia Militar e aos delegados de Polícia Civil de Santarém, relacionada aos procedimentos de **apreensão de bens por essas autoridades**, principalmente referentes à **destinação, restituição, doação, guarda e manutenção**.

A Recomendação expedida pela promotora de Justiça Dully Sanae Araújo Otakara, considera o Provimento Conjunto nº 002/2021-CJRMB/CJCI, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, bem como Notícia de Fato instaurada na Promotoria. Segundo informado pela Direção da 16ª Seccional de Polícia de Santarém, no mês de dezembro de 2021, havia dezessete automóveis apreendidos, tanto no pátio interno, quanto em via pública, com a indicação de placas e processos/procedimentos associados.

O Provimento Conjunto do TJPA estabelece que as formas de destinação dos bens apreendidos são a restituição, doação, destruição, alienação antecipada e manutenção, sob guarda, nos casos em que seja imprescindível para a persecução penal, e prevê os procedimentos a serem adotados.

A promotoria recomenda à Polícia Militar que Santarém que, no âmbito de suas atividades, notadamente durante autuações em flagrantes, sempre indiquem detalhadamente, quais são os bens que estão sendo apreendidos (marca, modelo, cor, tamanho, etc) e quem são os seus proprietários ou quem está sob sua posse.

Aos Delegados de Polícia Civil de Santarém, recomenda a adoção de providências relativas ao controle/gerenciamento de todos os bens apreendidos, no qual **conste a data de apreensão, o nome do proprietário ou de quem detém a posse e qual o procedimento policial e/ou processo judicial vinculado**.

Quando for cabível a restituição pela autoridade policial, deve ser feita somente mediante termo nos autos. Nesses casos, sendo conhecido o **proprietário**, este **deve ser intimado para que faça a retirada no prazo máximo de 60 dias**,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

sob pena de alienação cautelar. Caso o proprietário seja desconhecido, deve ser imediatamente comunicado ao Poder Judiciário para que, dentro de sua competência, adote as providências para destinação.

No caso de alienação antecipada, caso o objeto/bem seja de grande porte e/ou de difícil acomodação na Unidade responsável pela guarda, deve ser comunicado ao Poder Judiciário, requerendo a nomeação de leiloeiro oficial cadastrado junto ao TJPA como depositário judicial, pelo tempo estritamente necessário à destinação.

Quando se tratar de materiais deteriorados ou com data de validade vencida, tornando inviável a sua destinação; materiais apreendidos que possuam valor irrisório ou na condição de inservíveis; bens notoriamente imprestáveis e perecíveis, não passíveis de doação; ou quando não seja indicado voltar à circulação, deve ser oficiado à direção do Poder Judiciário em Santarém para que tome conhecimento e **adote as providências destinadas à destruição do bem.**

Mesmo diante do estabelecimento de ferramenta de controle/gerenciamento dos bens apreendidos, na hipótese de subsistirem bens que perderam o vínculo com seus feitos e que se encontram **há mais de 90 dias sem que tenham sido reclamados** pelos supostos proprietários, os objetos devem ser detalhadamente listados e **remetidos ao Poder Judiciário.**

Em 15 dias as autoridades destinatárias devem informar sobre o cumprimento da Recomendação ao MPPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



CASAMENTO COMUNITÁRIO

24 casais homoafetivos dizem "sim" em Belém

O I Casamento Comunitário Homoafetivo celebrado no Pará ocorreu na manhã desta sexta (2)

sexta-feira, 02/09/2022, 22:24 - Atualizado em 02/09/2022, 22:31 - Autor: **Com informações do TJPA**



Rafael e Renato celebraram a união | TJPA / Érika Miranda

As cores do arco-íris cobriram de diversidade o prédio do Fórum Cível de Belém, na Cidade Velha, que viveu uma manhã histórica nesta sexta-feira (2), com o I Casamento Comunitário Homoafetivo celebrado no Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

24 casais formalizaram as relações familiares e agora gozam de todos os direitos assegurados às famílias brasileiras.

A cerimônia foi realizada no auditório Desembargador Agnano Monteiro Lopes, oficiada pelos juízes Agenor Cássio Nascimento Corrêa de Andrade e Acrísio Tajra de Figueiredo.

“Realizar o primeiro casamento comunitário LGBTQIA+ dentro do Tribunal de Justiça é o reconhecimento dessas famílias, que já vem sendo regularizado, reconhecido pelo Supremo (Tribunal Federal) desde 2011, no entanto, é a primeira vez que o Tribunal abre as portas para a comunidade LGBT para dar reconhecimento e visibilidade a essas famílias que são exatamente iguais a todas as outras”, disse o juiz Agenor Cássio Nascimento Correa de Andrade, um dos oficiantes da cerimônia.



| TJPA / Érika Miranda

Ele explicou que o reconhecimento do casamento confere um novo status, um novo estado civil à pessoa, com maior segurança jurídica para, numa eventual

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

enfermidade, numa eventual fatalidade, o companheiro, a companheira, o cônjuge, a cônjuge não ficar desassistido(a) por eventuais relações de direito. Há 11 anos, o STF reconheceu o direito de casais homoafetivos formalizarem as relações perante a lei.

Renato Modesto e Rafael Arias se conheceram há seis anos e aguardavam pacientemente pela hora da cerimônia nesta sexta-feira, no Fórum Cível. “É uma grande alegria porque é um direito”, diz Renato, ao afirmar que o casamento reafirma perante a lei a união dos dois. “É uma grande alegria a gente tá formalizando isso, de forma legal”, diz ele.

Rafael acrescenta que se trata de mais um passo que os dois dão juntos “mostrando, levando nosso amor, porque, como ele disse, é direito de todos”. Para Rafael, “o amor é a obra mais divina de Deus, então a gente precisa amar, ser amado e a gente vem buscar por isso, buscar por esse amor, transmitir esse amor, mostrar às pessoas que a gente está no mundo também pra amar e buscar o nosso direito de ser feliz”, resume.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Beatriz e Letícia são uma família há sete anos e agora casadas | **TJPA / Érika Miranda**

GRATIDÃO

Beatriz e Letícia são uma família há sete anos e manifestaram a gratidão pela oportunidade de realizar um sonho longamente acalentado. “A gente tá muito agradecida por essa oportunidade que o Tribunal deu pra esses casais homoafetivos de estarem realizando, porque é a realização de um sonho, a gente queria já há bastante tempo, enfrentamos muitas coisas, mas graças a Deus superamos todas elas e hoje estamos aqui pra dizer esse sim com a presença de todos e estamos muito felizes e agradecidas pela oportunidade”, disse Beatriz. “A gente tá muito grata e comemorando com as pessoas importantes pra gente”, afirmou Letícia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Mais de 20 casais oficializam união no I Casamento Comunitário Homoafetivo celebrado pelo Tribunal de Justiça do PA

A cerimônia é um marco para os direitos civis da comunidade LGBTQIA+ no estado.

Por G1 PA — Belém

04/09/2022 15h08 Atualizado há 7 horas



A cerimônia oficializou a união de 24 casais, como o casamento entre Ana Paula e Kassiane — Foto: Comus

O I Casamento Comunitário Homoafetivo celebrado no Pará oficializou a união de 24 casais na sexta-feira (2), em Belém. A cerimônia é um marco para os direitos civis da comunidade LGBTQIA+ no estado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O casamento, ocorrido no auditório Des. Agnano de Moura Monteiro Lopes, localizado no Fórum Cível de Belém, na Cidade Velha, foi realizado no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), em parceria com a Prefeitura de Belém, por meio da Coordenadoria de Diversidade Sexual (CDS), e Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

“É uma realização. É um momento único que vai ficar para a história. Tô sem palavras”, contou com os olhos marejados a estudante Ana Paula Craveiro Lima, de 24, que realizou o sonho de oficializar a união com a instrutora de trânsito, Kassiane de Lacerda Lima, de 34.

No casal Paulo Enrique, de 31, e Cleiton Guedes, de 41, era visível o ar felicidade ao concretizar oficialmente a união. “Esta cerimônia é a garantia dos nossos direitos. Graças a Deus o poder público tá garantindo o direito da comunidade LGBTIA+ e vamos lutar ainda mais por outros direitos. Mas, esse, já é um sonho realizado”, disse Cleiton.

A oficialização das uniões foi celebrada pãlos juízes Agenor Cássio Nascimento Corrêa de Andrade e Acrísio Tajra de Figueiredo. A representante do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJPA, Nilce Ramôa, informou que o Tribunal de Justiça realiza dois casamentos por ano, no período da semana estadual e nacional de conciliação.

“Foi uma iniciativa da Prefeitura de Belém e do Ministério Público do Pará, eles que nos propuseram e buscaram a parceria do Tribunal. Nós trabalhamos bastante para que tudo fosse perfeito e estamos com um sentimento de muita alegria pela emoção que eles demonstraram aqui. Este é o primeiro de muitos que virão. Certamente, o casamento homoafetivo vai entrar como o terceiro evento do calendário institucional”, informou Nilce Ramôa.

A coordenadora da Coordenadoria da Diversidade Sexual (CDS), Jane Patrícia Gama, comentou que “este é um momento emocionante, porque é um direito dos casais homoafetivos. Então, hoje é uma data muito especial, é a primeira vez que está acontecendo um casamento homoafetivo no Fórum Cível, isso é muito significativo para a comunidade LGBTIA+”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O MPPA e a Coordenadoria de Diversidade Sexual da Prefeitura de Belém ficaram responsáveis pela inscrição dos casais ligados à comunidade LGBTIA+, juntamente com o Cartório de 2º Ofício de Registro Civil Guedes de Oliveira.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br